

PODER / Ministra das Relações Institucionais sustenta que o governo tem cumprido "rigorosamente" o novo arcabouço fiscal e diz que aumento das despesas se deve às sucessivas elevações da taxa Selic pelo Banco Central

Gleisi nega gastança e culpa juros

» ISRAEL MEDEIROS

Depois de duras críticas do Congresso, nas últimas semanas, sobre a dificuldade do governo em conter o crescimento de gastos, a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, negou ontem haver uma "gastança" por parte do Executivo que esteja prejudicando as contas públicas. Em uma publicação no X (antigo Twitter), a titular da pasta disse que o Planalto tem cumprido "rigorosamente" o novo arcabouço fiscal, e criticou governos anteriores.

"É falso falar em 'gastança' quando o arcabouço fiscal cria limites para as despesas, que estão sendo cumpridos rigorosamente, ao contrário do que acontecia com a Lei do Teto de Gastos, que foi ignorada em todo o período de Bolsonaro e Guedes", postou Gleisi. "A responsabilidade e o esforço fiscal do governo do presidente Lula são inegáveis, ou não teríamos reduzido o déficit primário de 2,3% para 0,09% do primeiro para o segundo ano do governo", acrescentou.

Gleisi criticava uma reportagem do jornal Folha de S. Paulo que apontava que o ritmo de crescimento de gastos no terceiro mandato de Lula foi quase o dobro do da arrecadação. Para a ministra, o grande responsável pelo aumento das despesas são os juros da dívida, que sofrem influência direta da política de juros do Banco Central.

Enquanto presidente do PT na gestão Lula 3, a então deputada fez campanha ferrenha contra o presidente do Banco Central à época, Roberto Campos Neto, acusando-o de agir contra a economia nacional por um suposto alinhamento ao governo anterior. Agora, com



A responsabilidade e o esforço fiscal do governo do presidente Lula são inegáveis, ou não teríamos reduzido o déficit primário de 2,3% para 0,09% do primeiro para o segundo ano do governo"

Gleisi Hoffmann,
ministra da SRI

Gabriel Galípolo, indicado por Lula, à frente do BC, Gleisi não nomeia um culpado, apenas critica as sucessivas altas.

"O que a manchete também esconde é que o motor do crescimento das despesas são os juros da dívida, as despesas financeiras, que devem chegar a R\$ 1 trilhão este ano por causa dos juros estratosféricos", escreveu. "São os interesses do sistema financeiro que estrangulam o Orçamento, e não os investimentos em educação, saúde, previdência, políticas sociais, financiamento da produção e infraestrutura para o crescimento."

O grande problema para a ministra, responsável pela articulação política do governo, é que os próprios presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), vieram a público condenar o ritmo de gastos do governo quando a equipe econômica aumentou

Gil Ferreira/SRI



Gleisi Hoffmann não nomeia um culpado no BC, apenas critica as sucessivas altas dos juros

as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) — medida que está prestes a ser derrubada pelo Congresso. Aos dois se somou um coro de especialistas em contas públicas, que culpam o Executivo por não limitar, no início do governo, o crescimento com despesas obrigatórias.

Embora o Legislativo tenha criticado a alta de impostos no IOF, não se comprometeu a aprovar as regras também impopulares que entraram na medida provisória editada pelo governo na semana passada. Na segunda-feira, Gleisi já havia enviado um recado para

os parlamentares: derrubar o decreto do IOF (que tinha arrecadação inicial prevista em R\$ 20 bilhões) por inteiro poderia afetar as emendas, já que o governo pretende bloquear ou contingenciar mais recursos do Orçamento para cobrir o que entraria nos cofres públicos com o IOF.

Apesar da negativa do governo de que está gastando muito, é evidente o esforço para ampliar programas sociais, pensando em 2026. A popularidade da gestão Lula segue em queda, e a equipe de comunicação trabalha continuamente para tentar emplacar as políticas

públicas do Executivo na imprensa e nas redes sociais para tentar chegar ao eleitorado. A próxima cartada é jogar os holofotes no programa Luz do Povo.

Nesta semana, um comercial de tevê, com o título Bye Bye, conta de luz foi veiculado pela Secom, com a promessa de que 60 milhões de brasileiros terão as faturas zeradas. A ideia do programa, que já estava na MP de reforma do setor elétrico, é conceder isenções e descontos para a população mais carente. Não há garantias, no entanto, de que as novidades serão aprovadas pelo Congresso.

Bolsonaro passa mal

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) cancelou a agenda oficial que teria, ontem, em Goiás após passar mal durante um evento em Goiânia. A informação foi confirmada por meio de comunicado publicado nas redes sociais do prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa (PL), cidade onde o ex-chefe do Executivo tinha participação prevista.

No comunicado, o prefeito informou que Bolsonaro foi levado de volta a Brasília, sem dar maiores detalhes sobre o estado de saúde do ex-presidente.

Na quinta-feira, ao receber uma homenagem na Câmara de Aparecida de Goiânia, Bolsonaro já havia reclamado de problemas estomacais após um arroto fazê-lo interromper o discurso: "Desculpe aqui, porque eu estou muito mal. Eu vomito 10 vezes por dia, talvez", afirmou.

Em abril, Bolsonaro passou por sua sexta cirurgia relacionada às sequelas da facada sofrida em Juiz de Fora (MG), em 2018, durante a campanha presidencial.

O procedimento, realizado em Brasília, durou cerca de 12 horas e foi necessário para tratar obstruções intestinais e reconstruir a parede abdominal. O ex-presidente permaneceu internado por 21 dias, incluindo grande parte do período na UTI.

O atentado causou graves lesões, o que exigiu múltiplas cirurgias de emergência na época. Desde então, Bolsonaro enfrenta uma série de complicações intestinais que já o levaram a diversas internações ao longo dos anos.

Foco em destravar emendas

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), trabalha para destravar as emendas de comissão do Orçamento. Desde segunda-feira, o parlamentar tem se reunido com as lideranças do PT e do PL para tratar das indicações e pedir que as bancadas encaminhem suas sugestões nos próximos dias. A intenção é resolver a questão até julho e destravar as verbas no segundo semestre.

Nos encontros, os parlamentares trataram, também, dos valores a que cada legenda terá direito. O líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), relatou que partidos com a presidência da comissão ficariam com 30% da verba do colegiado, e as demais legendas dividiriam os 70% restantes. Cada comissão tem um valor diferente para indicar em programas, o que torna algumas, como a da Saúde, mais cobiçadas.

O líder da bancada do PL destacou o desejo de resolver primeiro as emendas de comissão de 2023 e 2024 para, então, destravar os recursos de 2025. "Os pagamentos estão parados", argumentou Sóstenes. Outros partidos da Casa também fizeram o mesmo pedido.

Esse tipo de emenda foi alvo do Supremo Tribunal Federal (STF) por manter sob sigilo o nome dos reais autores das indicações. A Corte determinou, em dezembro do ano passado, que os repasses tenham transparência e rastreabilidade. Por ordem do tribunal, o Congresso tem de especificar quem são os autores das indicações.

Em entrevista ao podcast Mano a mano, divulgada na quinta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que "que não consegue derrubar o orçamento secreto, pois não tem maioria no Congresso" e que não sabe "nem se os deputados do PT querem acabar" com a medida.

Durante a campanha presidencial de 2022, o presidente classificou o mecanismo como a "fonte do maior esquema de corrupção da história do país". Agora, Lula diz que o mecanismo "não é tão mau" e que houve uma "certa moralização", após acordos que

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Motta tem feito reuniões para tentar definir os repasses

direcionam as emendas para programas do governo.

O mestre em ciência política Felipe Rodrigues afirmou que "as emendas sempre foram um ponto muito relevante da governabilidade, e o orçamento secreto é um aspecto relevante da relação do Legislativo com o Executivo, do qual praticamente não há mais volta". Segundo ele, a questão "não é sobre a destinação das emendas, mas, sim, sobre a transparência ao longo do processo, que continua baixa".

Agentes de saúde

Em encontro com agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, ontem, em Patos (PB), Motta assumiu o compromisso de pautar, junto ao colégio de líderes, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 229/2023. A proposta garante aposentadoria especial e adicional de insalubridade à categoria — reivindicações previstas na Constituição desde 2022, mas ainda sem regulamentação.

A promessa é de que o tema entre em pauta no colégio de líderes da Câmara após as festividades juninas. Motta destacou que, apesar

de o presidente da Casa ter o poder de definir a pauta, são os líderes partidários que constroem o consenso. "Vamos entender, por meio desse diálogo, qual será o melhor caminho para levar adiante", declarou. Ele também se comprometeu a agendar uma nova reunião em Brasília para deliberar os próximos passos.

A mobilização da categoria ocorre dois anos após a promulgação da Emenda Constitucional 120, que estabeleceu o piso salarial de dois salários mínimos para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, além do direito à aposentadoria especial e ao adicional de insalubridade. No entanto, esses direitos ainda dependem de regulamentação por meio de projeto de lei complementar.

O PLP 229/2023 é visto pelos profissionais como a forma mais viável para destravar a medida. A categoria tem solicitado que a proposta tramite separadamente de outro texto mais antigo (PLP 86/2022), que trata do mesmo tema, mas apresenta maior complexidade. A expectativa é de que, isolado, o projeto de 2023 avance mais rapidamente no Congresso.





ACESSE O
QR CODE,
INSCREVA-SE
E PARTICIPE.

Chegamos à etapa final do PDOT e você ainda pode participar.

A revisão do Plano Diretor é uma construção coletiva. Desde 2021, a Seduh promoveu 85 eventos abertos ao público com a participação da sociedade civil, áreas técnicas de diversas secretarias, organizações não governamentais e associações.

Agora chegamos à etapa final e você ainda pode participar. A apresentação do texto final será dia 28/6, às 9h, na CLDF.

Acesse: df.gov.br/pdot2025

